



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 06 – Ano III – 10/2014
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Alinhavando algumas ideias sobre formação e cultura: o Brasil em tempos de regressão.

Paula Kropf

Mestre em Serviço Social

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSS/ESS/UFRJ - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7454098300576321>

E-mail: paulakropf@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo reside em apresentar ideias da pesquisa em desenvolvimento para elaboração da tese de doutoramento. A mesma consiste em observar os sentidos da palavra cultura considerando a formação social em curso e os marcos históricos atuais. A partir do ensaio *Os sete fôlegos de um livro*, de Roberto Schwarz, retomar momentos em que ideias relacionadas ao processo de formação floresceram no contexto brasileiro, e examiná-las à luz do Brasil inscrito no capitalismo globalizado. Diferente do que apontaram os autores do início do século XX, preocupados em compreender o processo de organização da vida social brasileira, a formação do país não estava por vir, junto com a modernidade. Ao contrário, já havia se concluído e o subdesenvolvimento era a nossa forma. Neste quadro, quais serão as possibilidades da cultura enquanto unidade, ao se encontrar subordinada às relações econômicas atuais, cujo traço dissociador é determinante?

Palavras-chave: formação social, cultura - Brasil, Schwarz, capitalismo.

INTRODUÇÃO

O conceito de formação foi - e permanece sendo, uma preocupação constante na produção teórica. Em geral, ao observarmos a literatura brasileira, também identificaremos uma variedade de obras interessadas em pensar a temática da *formação*, de diferentes períodos. Como um dos temas clássicos do pensamento burguês, a ideia de formação foi central para vários autores da França e Alemanha do século XIX, período este de profundas transformações sociais. O advento da modernidade requeria a legitimidade das mudanças ocorridas na forma como estavam organizadas as relações sociais. A elaboração e difusão de um pensamento que estivesse voltado para a explicação destes acontecimentos contribuíam para o seu desencadeamento.

O presente artigo pretende retomar alguns momentos em que ideias acerca do processo de formação floresceram no contexto brasileiro, e examiná-las à luz do atual momento, ou seja, da inserção do Brasil no capitalismo globalizado. Através do diálogo entre obras escritas em diferentes períodos no século XX, caminharemos no sentido de tentar sustentar que, diferente do pensavam os autores das primeiras décadas, o nosso processo formativo já está realizado. Isto se deu sem que, contudo, o país tivesse completado a sua modernização. Para isso, as considerações aqui apresentadas foram organizadas tomando como base um texto de Roberto Schwarz, chamado *Os sete fôlegos de um livro*.

No referido ensaio, Schwarz (1999) adota, como ponto de partida para a discussão acerca da questão da formação nacional, a obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Cândido, onde este, ao nos mostrar que o sistema literário brasileiro havia se completado, indica que também o processo formativo já acontecera. A afirmação de que a literatura brasileira estava formada é sustentada pela existência de três elementos – autor, obra e público – que estão em interligação.

Com efeito, no caso da literatura brasileira tratava-se de historiar uma formação que já se havia completado: acompanhando o argumento do mesmo Antonio Cândido, em Machado de Assis temos um escritor cuja força e peculiaridade só se explicam pela interação intensa e aprofundada entre autores, obras e público, interação que comprova em ato a existência do sistema literário amadurecido. (SCHWARZ, 1999, p. 18)

Este ponto de chegada vai de encontro ao pensamento dos autores das primeiras décadas do século XX, que vislumbravam a formação como algo ainda porvir, que se realizaria no futuro, após a superação dos traços arcaicos ainda presentes. Para citar alguns, destacam-se *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr; Celso Furtado e *Formação econômica do Brasil*. O que estava em jogo, na problematização desta questão, era a tentativa de elucidar as particularidades brasileiras com relação ao decorrente processo de modernização em curso no mundo, cujas mudanças nos países centrais já se faziam perceptíveis e compunham um ideário acerca do que vinha a ser este movimento. No Brasil, o desenvolvimento capitalista ganhava força com o advento do trabalho livre e a incorporação de avanços referentes à expansão do processo de urbanização e a crescente industrialização. Era o marco de sua entrada no caminho da modernidade.

Paulo Arantes e Chico de Oliveira substantivam a ideia de que o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas, sim, a própria forma de ser da periferia do capital, com suas particularidades e mazelas crônicas, que propiciam um determinado tipo de relação com os países centrais. A relação entre atraso e progresso, tão intrínseca ao modo de organização das sociedades periféricas, também vigora na relação destas com o centro; para que as nações modernas assim se constituam, se faz necessário a existência do arcaico, subdesenvolvido.

Deste diálogo, Schwarz aponta três hipóteses para se pensar a ideia de formação hoje. Todas elas, de um modo geral, se encaminham no sentido de que o progresso rumo à promessa de modernidade nos moldes dos países do centro é uma ilusão que não se efetivará, pois assim é a necessidade de regulação das relações no capital. Em uma destas possíveis vertentes, nos chama a atenção para *a cultura como um elemento antibarbárie*.

À possibilidade da cultura, por conter certa força de unidade, exercer alguma resistência ao processo dissociador gerado pela economia, está colocada uma contradição. A própria dimensão cultural, que se formou e por conta disso adquire traços que em alguma medida organizam a vida social, se encontra também hoje sujeita às determinações econômicas. Nesse sentido, como a cultura participa da sociabilidade na atualidade, considerando à sua incorporação aos ditames do

capital? Há ainda alguma chance dela se constituir enquanto alternativa às relações estabelecidas, pautadas pela desintegração?

Pensar a ideia de formação, no contexto do capitalismo globalizado, é importante para compreendermos os atuais rumos da sociabilidade, sobretudo no que se refere ao Brasil, que mal ou bem está inegavelmente inserido nesta nova realidade. Entender de que forma se dá esta inserção, marcada pela presença de uma dialética onde elementos modernos se desenvolvem mantendo a permanência do atraso. E, especialmente, tentando encontrar os caminhos da cultura enquanto uma das forças formativas de outrora, no atual contexto de regressão.

Para lhe perceber a irradiação moderada, basta lembrar que, já ‘formado’, o nosso sistema literário coexistia com a escravidão e com outras ‘anomalias’, traços de uma sociedade nacional que até hoje não se completou sob o aspecto da cidadania e talvez não venha a se completar, o que certamente faz refletir sobre a natureza mesma daquele movimento de formação nacional. (SCHWARZ, 1999, p.19)

1. COLOCANDO A LINHA NA AGULHA – O PRESENTE COMO DADO INICIAL.

A instauração do tempo histórico a que demos o nome de modernidade significou uma reorientação total das relações dos indivíduos entre si e com a natureza, transformando profundamente o modo de produção da vida e, consequentemente, o planeta. A negação do passado e da herança das formas tradicionais como base constrói um cenário pautado por uma permanente “[...] *sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica*”. (HARVEY, 2007, p.21)

Justificadas por uma (falsa) promessa de progresso, mas substantivamente em função das necessidades inerentes à lei do valor, que opera no sentido de uma incessante superação dos seus próprios limites¹, as mudanças cumprem a totalização e o aprofundamento do modo de produção capitalista em esfera global. O

¹ Diz Marx, nos *Grundrisse*: “*Fixado como riqueza, como forma universal da riqueza, como valor que vale como valor, o dinheiro é, portanto, o impulso permanente de continuar para além de seu limite quantitativo: processo sem fim.*” MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRj, 2011. p. 210.

desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como tudo, passa a se orientar exclusivamente por este fim, a valorização do valor. Dentro deste quadro, o capitalismo desemboca atualmente – se considerarmos a partir da década de 70 em diante, em uma situação de crise estrutural. Este contexto de mudanças, fragmentação e inovação produz implicações para o modo de organização da vida e das relações sociais. Disto, fala Harvey:

Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas consequências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão de mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. (HARVEY, 2007, p.22)

Esse processo de rupturas e fragmentações colocado pelas transformações operadas pela modernidade traz consequências, dentre tudo, também para a cultura.

Tendo a década de 70 como o marco inaugural de um novo estágio na era do capital, o capitalismo tardio, todas as esferas da vida social se encontram dominadas pela lógica da mercadoria, isto é, direcionadas pela finalidade maior que é a acumulação de capital. O auge desta nova fase foi a terceira revolução tecnocientífica, iniciada após a Segunda Guerra Mundial e consolidada ao longo dos anos 70. Sua lógica se determina pela necessidade de constante aprimoramento e renovação das forças produtivas, dada a concorrência intensa. (Menegat, 2008)

As mudanças ocorridas no processo de produção rebatem diretamente sobre o funcionamento do mundo do trabalho. Com a aceleração do avanço tecnológico, ocorre uma redução no emprego da força de trabalho, sendo esta substituída, de forma crescente, pelas máquinas e equipamentos desta nova revolução produtiva. Este é o principal elemento da crise atual das sociedades burguesas, uma vez que sua essência, a acumulação crescente de capital, apenas é possível através da mais-valia extraída da exploração do trabalho humano. No capítulo “*Capital*

constante e capital variável”, de *O Capital*, Marx elucida sobre o caráter agregador de valor do trabalho humano:

Suponha que uma invenção qualquer capacite o fiaendeiro a fiar em 6 horas a mesma quantidade de algodão que fiaava antes em 36. Como atividade adequada a um fim, útil e produtiva, seu trabalho aumentou sua força seis vezes. Seu produto é seis vezes maior, 36 libras de fio em vez de 6. Mas as 36 libras de algodão absorvem agora o mesmo tempo de trabalho que antes absorviam 6. Seis vezes menos trabalho novo lhes é agregado em comparação com o método antigo, portanto apenas 1/6 do valor anterior. Por outro lado, existe agora um valor em algodão seis vezes maior no produto, nas 36 libras de fio. Nas 6 horas de fiação um valor em matéria-prima seis vezes maior é conservado e transferido ao produto, embora à mesma matéria-prima é agregado um valor novo seis vezes menor. Isso demonstra que a propriedade em virtude da qual o trabalho, durante o mesmo processo indivisível, conserva valores é essencialmente diferente da propriedade em virtude da qual ele cria valores. Quanto mais tempo de trabalho necessário é absorvido durante a operação de fiar pelo mesmo quantum de algodão, tanto maior é o valor agregado ao algodão; mas quanto mais libras de algodão são fiadas no mesmo tempo de trabalho, tanto maior é o valor antigo conservado no produto. (MARX, 1983, p.166)

Para entender o sentido do trabalho, cabe a ênfase de que é preciso considerá-lo antes de tudo circunscrito nos marcos da sociedade capitalista, e para tal, partir de alguns pressupostos desta. De um modo geral, sem considerar as particularidades de suas fases, o capitalismo é um sistema cujo objetivo fundante, como já dito anteriormente, está centrado na criação de valor. A chave para a realização deste processo está no trabalho humano. No entanto, nele reside também sua contradição elementar. Sem adiantar conclusões, coloquemos o foco no trabalho. É a partir dele então, enquanto atividade dos homens (e destes em relação com as máquinas), que ocorre o processo de produção dos objetos de consumo. Se anteriormente –leia-se, em formações pré-capitalistas – as atividades humanas entre si e com a natureza buscavam a satisfação das necessidades dos indivíduos, com a lógica do capital as finalidades se modificaram radicalmente. A partir da instauração do capitalismo, o processo produtivo funciona de modo a atender à sua lei essencial: a criação de valor. Afirmar isto significa dizer que as ações dos homens estão reguladas por este imperativo, que se sobreponha ao que era necessário para a sua experiência de vida.

A redução do emprego de força de trabalho no processo de produção transforma o chamado exército industrial de reserva, necessário para garantir a

reprodução das condições de manutenção do sistema, numa massa de homens sem trabalho, estruturalmente excluídos e marginalizados. O desemprego, dotado anteriormente de traços conjunturais, passa agora a ser estrutural. Neste contexto ganha força a flexibilização do processo produtivo, cujos princípios acarretam em violentas alterações para o mundo do trabalho, exigindo uma nova formação do trabalhador e acirrando a concorrência.

O que se pode observar é que este é um período de regressão social, onde a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas significa a necessidade de regular a destruição por ele promovida, para, com isso, permitir que a acumulação continue a se realizar. Assim, Menegat (2006) aponta que este estágio de regressão é a marca da consolidação da barbárie nos tempos atuais. Recupera Marx, para mostrar que este processo de desenvolvimento das forças produtivas atingiu hoje um estágio de excesso de civilização, de onde decorre a barbárie, ocasionada pela necessidade de destruição incorporada ao modo de produção.

No Brasil, após o golpe e a instauração da ditadura militar na década de 60, teve início no final dos anos 70 a chamada a abertura democrática. O processo de modernização e a instauração desta nova fase do capital se deram a um só passo neste cenário político. O país atinge o estágio de maturidade do capitalismo tardiamente, sem conseguir superar as particularidades de seu caráter periférico e de sua formação nacional.

A coexistência do antigo e do novo é um fato geral (e sempre sugestivo) de todas as sociedades capitalistas e de muitas outras também. Entretanto, para os países colonizados e depois subdesenvolvidos, ela é central e tem força de emblema; isto porque esses países foram incorporados ao mercado mundial – ao mundo moderno – na qualidade de econômica e socialmente atrasados, de fornecedores de matéria-prima e trabalho barato. A sua ligação ao novo se faz através, estruturalmente através de seu atraso social, que se reproduz em lugar de se extinguir. (SCHWARZ, 2005, p. 34)

A conciliação entre atraso e progresso é desenvolvida por outros autores que se esforçaram em compreender o processo de formação da sociedade brasileira. Através deste olhar, se constata que no Brasil, desde o início estivemos vinculados a esta dualidade, onde elementos conservadores dialeticamente coexistem ao lado da modernização. As nossas maiores heranças do período colonial, o latifúndio e o

regime escravocrata, ainda hoje permanecem vivos através de traços atuais das relações sociais constituídas, da forma como a sociedade brasileira está organizada. O processo de ingresso e consolidação das relações capitalistas no país se deu mantendo estas características. Tais traços são identificados atualmente na persistência de elementos que mantém o desenvolvimento capitalista em curso, como a assombrosa desigualdade na distribuição das riquezas socialmente produzidas, a segregação espacial e o ataque sempre violento dispensado aos pobres.

Estes elementos evidenciam que o subdesenvolvimento não é mais um estágio a ser superado numa suposta escala progressiva de etapas do desenvolvimento do capital, para adentrarmos no status de “país de primeiro mundo”. Ele é a forma que o capitalismo encontrou de se desenvolver por aqui, se adequando aos seus objetivos de máxima acumulação e obtenção de lucros. É a forma que o país encontrou de continuar funcional ao sistema, se mantendo como apêndice, como suplemento periférico, que permite a manutenção e a ampliação dos grandes centros. Segundo Oliveira (2008),

O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. (OLIVEIRA, 2008, p.126)

O resultado dos rumos que o desenvolvimento capitalista tomou em terras brasileiras nos levou ao lugar que hoje estamos. Oliveira (2008) denomina o país resultante de ornitorrinco, animal cuja formação combina traços de diferentes classes (réptil, mamífero e ovíparo), constituindo uma transição entre elas. Seu artigo homônimo analisa o quadro atual da economia brasileira e como este incide sobre as relações sociais. O animal que comporta característica de outros, fragmentado, representaria o Brasil, onde a permanência de elementos agravantes de uma extrema desigualdade constitui a sua essência. Deste modo, o (sub)desenvolvimento segue se sustentando na *“forma de exceção permanente”* dentro do sistema, como um pilar a assegurar a fluência da permanência na tentativa de acumulação e o modo de ser dos países centrais. Em suas palavras:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro’: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (OLIVEIRA, 2008, p.150)

2. ENTRANDO NA QUESTÃO – COMO A IDEIA DE FORMAÇÃO FOI PENSADA NO BRASIL.

A reflexão de Oliveira (2008), o descarte da possibilidade de ultrapassagem do subdesenvolvimento para os países periféricos, nos remete diretamente ao tema central deste artigo, que é a questão da *formação*. A perspectiva cepalina², ao constatar esse traço de dualidade da sociedade brasileira, onde modernidade e atraso coexistem, acreditava na necessidade de eliminação dos elementos arcaicos, como caminho para o alcance do estágio de país desenvolvido. O autor, ao fazer a crítica a esta tese, procurou demonstrar que arcaico e moderno são dois opostos que se completam, formam um todo; a razão da existência – onde a permanência de um se dá a partir do outro. Deste ponto, da unidade entre os opostos elementos presentes da organização social brasileira, Oliveira (2008) chega à compreensão do subdesenvolvimento como forma. Este é o modo de ser das sociedades periféricas em relação ao centro.

A elaboração teórica acerca da temática da formação na sociedade brasileira tem o seu desenvolvimento marcado por momentos de compreensão que se distinguem. Até a primeira metade do século XX, determinados autores que se empenharam em pensar o processo formativo, respeitadas as diferenças, tinham em

² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, como uma das comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi instituída com o objetivo de acompanhar as políticas de promoção de desenvolvimento econômico na região latinoamericana. Sua leitura acerca desta realidade partia da ideia da necessidade de superação do subdesenvolvimento; este entendido como um estágio no caminho à modernidade. Chico de Oliveira, em seu “Crítica à razão dualista”, defende que atraso e progresso são opostos de uma unidade, é a característica da forma como o país, enquanto periferia, se constituiu.

comum a ideia de que era algo ainda não realizado, que se colocava como uma questão a ser cumprida no futuro. Naquele período, da instauração do trabalho livre, com a abolição do regime escravocrata e o início do governo republicano, a sociedade vivia um período de expansão capitalista, onde a promessa da modernidade já figurava como um destino a ser conquistado. É importante considerar o contexto histórico em que o pensamento social se constrói, pois ele é fruto daquelas relações; estabelecer esta relação nos fornece mais elementos e amplia o horizonte reflexivo. Pois então, vários autores se destacaram no que se refere ao tema da formação; entre eles, Gilberto Freyre e seu *Casa Grande e Senzala*; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr; e por fim, Celso Furtado e *Formação econômica do Brasil*.³ Por agora, vamos brevemente tentar observar as ideias de dois deles.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o nosso desenvolvimento histórico carrega as heranças do processo de colonização. Estas, conformadas por traços de patrimonialismo, autoritarismo e ausência de uma forte urbanização, irão organizar as relações sociais no país. À estes elementos, soma-se sobretudo a “*cultura da personalidade*”, peça central da cultura portuguesa que por aqui floresceu. Este personalismo é a marca de um individualismo, onde “*o índice de valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste.*” (HOLANDA, 1995, p. 32) A etapa formativa entendida como integração social, ideia comum de unidade - um todo, é atravessada diretamente por tais elementos que se traduzem na falta de coesão, na “*frouxidão da estrutura social*”. (HOLANDA, 1995, p.33) O Brasil alcançaria a sua formação quando o processo de modernização estivesse concluído, com a superação destas “raízes”.

Em Caio Prado, encontraremos na inorganicidade social a razão de não ser do nosso processo de formação. Haveria então a inexistência de uma ligação com uma perspectiva de interesse coletivo no modo de sociabilidade que se estabeleceu no país. Segundo o autor, este fato decorre da forma de aproximação dos grupos que compuseram o povoamento no processo de colonização brasileiro. As relações

³ É válido ressaltar que as obras sobre o tema da formação aqui citadas seguem a linha de observações apontadas por Roberto Schwarz (1999) e Paulo Arantes (1997). Como este artigo pretende dialogar com dois ensaios dos autores acima citados, as referências acima foram trazidas destes trabalhos.

se construíram baseadas em atender aos objetivos econômicos de Portugal, ausentes de forças de coesão entre os indivíduos. Destaque para sua observação sobre o assunto:

À luz desta vista d'olhos preliminar por sobre a cidade colonial, torna-se possível compreender a maior parte dos seus traços e caracteres essenciais. Porque ela se soma e sumaria na observação geral feita de início: a falta de nexo moral que define a vida brasileira em princípios do século passado, a pobreza dos seus vínculos sociais. Tomo aquela expressão 'nexo moral', no seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto. A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial: para contrariá-la e manter a precária integridade do conjunto, bastaram os tênues laços materiais primários, econômicos e sexuais, ainda não destacados de seu plano original e mais inferior, que se estabelecem como resultado imediato da aproximação de indivíduos, raças, grupos dispare, e não vão além deste contato elementar. É fundada nisto, e somente, nisto, que a sociedade brasileira se manteve, e a obra da colonização pôde progredir. (PRADO Jr., 2008, p.343)

A chegada e o desenvolvimento das terras brasileiras movidos por interesses essencialmente econômicos impeliram a organização das relações aqui estabelecidas à vigência do autoritarismo dos colonizadores sobre os nativos e os negros africanos, forçosamente trazidos para os lados de cá. A apropriação do espaço territorial e a administração das relações sociais, ao serem tomadas ao comando de Portugal, modificam a realidade dos índios que aqui habitavam, donde a imposição de hábitos, condutas e comportamentos. Negros e índios então, são submetidos a uma socialização imposta, e extremamente violenta. Neste quadro, não poderiam surgir relações que comportassem traços de organicidade; é nisso que Caio Prado se refere ao apontar a presença de forças dispersivas no processo de formação em curso.

O contexto social nas décadas de 40 e 50, com o estímulo da crescente industrialização vivenciada no país, reforçava a ideia de país em formação, a se efetivar com a superação do atraso material. Dos anos 60 em diante, os intelectuais brasileiros interessados em pensar a realidade a qual faziam parte, dispunham de uma experiência diferente daqueles da primeira metade do século, incidindo diretamente em suas elaborações teóricas. Sobretudo o golpe de 64, a suspensão de uma cena revolucionária que vinha se ensaiando de maneira intensa, impacta

essa tentativa de compreensão sobre a nossa sociedade. Os autores de então, com os quais o presente texto intenciona dialogar, imersos nestes acontecimentos, recuperaram, ao modo de Machado de Assis, “*o que havia de certo nas experiências anteriores*”⁴, para tentar avançar na produção intelectual. Carlos Nelson Coutinho, Roberto Schwarz, Paulo Arantes, dentre outros, fazem parte desta geração marcada pela derrota de 64, que vai tentar explicar as razões pelas quais a esquerda fracassou. O esforço de interpretar o Brasil os aproxima do tema da formação.

No ensaio *Sete fôlegos de um livro*, sobre a grande obra de Antonio Cândido, *Formação da literatura brasileira*, Roberto Schwarz observa algumas questões contidas no livro e deságua em singulares direções. Dentre os elementos trazidos por Schwarz, interessa aqui a indicação de que, Antonio Cândido, ao mostrar que o nosso sistema literário está completo, “*considera que a etapa da formação está concluída e que seu prisma já não tem razão de ser: a literatura brasileira existe e a rarefação da vida colonial foi vencida.*” (SCHWARZ, 1999, p. 53) Cândido indica que o nosso sistema literário já estava formado em 1870, só isto justificaria que nossa literatura pudesse dar origem a um escritor como Machado de Assis. Mas não é este o fator exclusivo que o impele a tal afirmação; um sistema literário, para ser completo, deve ser composto por obras que estabeleçam vínculo a partir de *denominadores comuns*. Segundo ele:

Estes denominadores são, além das características internas, (línguas, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do

⁴ Falou Antonio Cândido, em seu *Formação da literatura brasileira*, sobre Machado de Assis: “*Se voltarmos porém as vistas para Machado de Assis, veremos que este mestre admirável se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição dos costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza: numa literatura em que, a cada geração, os melhores começam da capa e só os medíocres continuam o passado, ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o que havia de certo nas experiências anteriores.*” (CANDIDO, 1959, v. 2, p. 118) Ao me apropriar da observação de Antonio Cândido para Machado, fazendo referência a estes autores acima citados, sugiro que também eles souberam olhar para as experiências anteriores e tomar-lhes o que possivelmente contribuiria para a construção das suas próprias.

indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1959, v. 1, p. 25-26)

A existência deste conjunto essencial, autor-obra-público, interligado, permite observar a conformação de um sistema literário. Ao mostrar que também o nosso processo formativo já havia ocorrido desde a segunda metade do século XIX, vai nos sugerir que a constituição nacional era algo mais inacabado do que os autores do início do século, que creditavam no futuro a sua realização, puderam supor. À espera de grandes transformações na sociedade brasileira, não se atentaram para o que efetivamente estava posto pela realidade. Destaco dois trechos onde Schwarz (1999) sinaliza este afastamento entre a perspectiva de Antonio Cândido e a dos outros autores:

Com a distância no tempo, pode-se também dizer que essa visão do acontecido, apresentada por Antonio Cândido, resultou mais sóbria e realista que a dos outros autores de que falamos. É como se nos dissesse que de fato ocorreu um processo formativo no Brasil e que houve esferas – no caso, a literária – que se completaram de modo muitas vezes até admirável, sem que por isso o conjunto esteja em vias de se integrar. O esforço de formação é menos *salvador* do que parecia, talvez porque a nação seja algo menos coeso do que a palavra faz imaginar. (Schwarz, 1999, p. 55) [grifos do autor]

E, mais adiante:

Digamos que os autores progressistas que historiavam a nossa formação econômica e social mostravam um movimento represado, que não se completara, e que transformaria o país se viesse a se completar. Ao passo que o livro que soube perceber o percurso efetivo da literatura nacional constatava um movimento que se completou e nem por isso transformou o Brasil. (SCHWARZ, 199, p. 56)

Assinalar que estes autores não compreenderam o processo de formação do Brasil como algo que já havia sido concluído, não significa negar a importância de suas análises. Como dissemos anteriormente, o período histórico e a produção de ideias estão sempre diretamente articulados e, naquele momento, o empenho em *completar o país* estava em evidência. Uma vez lançado um ponto de vista que se diferenciava das leituras anteriores, e afirmava a conclusão da formação brasileira, o

caminho a seguir é pensar como fica a ideia de formação nos dias de hoje. Análises que discutem a trajetória própria de construção das nossas relações sociais, econômicas e políticas, conforme já citadas anteriormente no presente texto, oferecem elementos para uma reflexão crítica acerca da questão em foco. Schwarz (1999) sugere três possibilidades. A primeira delas é a ideia de formação como uma ilusão que deve ser abandonada. Dado o modo como a realidade está constituída, esta perspectiva se orienta pela ausência de qualquer força formativa; ao contrário, o que prevê é um aprofundamento do processo de desintegração nacional. Uma outra direção vai no sentido de que, ao a esfera econômica não nos levará para uma superação dos traços de atraso ainda presentes; não caminhando rumo à formação de um todo, integrado, seria a cultura o único campo que traz consigo a ideia de unidade, formada historicamente. E, por fim, a formação nacional se encontra esvaziada de seu conteúdo substantivo, e reduzida à condição de mercadoria. Nas palavras de Schwarz (1999), as perspectivas:

Uma é de que ela, que é também um ideal, perdeu o sentido, desqualificada pelo rumo da história. A nação não vai se formar, as suas partes vão se desligar umas das outras, o setor 'avançado' da sociedade brasileira já se integrou à dinâmica mais moderna da ordem internacional e deixará cair o resto. Enfim, à vista da nação que não vai se integrar, o próprio processo formativo terá sido uma miragem que a bem do realismo é melhor abandonar. Entre o que prometia e o que se cumpriu a distância é grande.

Outra perspectiva possível: suponhamos que a economia deixou de empurrar em direção da integração nacional e da formação de um todo relativamente auto-regulado e auto-suficiente (aliás, ela está empurrando em direção oposta). Se a pressão for esta, a única instância que continua dizendo que isso aqui é um todo e que é preciso lhe dar um futuro é a unidade cultural que mal ou bem se formou historicamente, e que na literatura se completou. Nessa linha, a cultura formada, que alcançou uma certa organicidade, funciona como um antídoto para a tendência dissociadora da economia. Contudo vocês não deixem de notar o idealismo dessa posição defensiva. Toda pessoa com algum tino materialista sabe que a economia está no comando e que o âmbito cultural sobretudo acompanha. Entretanto, é preciso reconhecer que nossa unidade cultural mais ou menos realizada é um elemento de antibarbárie, na medida em que diz que aqui se formou um todo, e que esse todo existe e faz parte interior de todos nós que nos ocupamos do assunto, e também de muitos outros que não se ocupam dele.

Outra hipótese ainda: despregado de um projeto econômico nacional, que deixou de existir em sentido forte, o desejo de formação fica esvaziado e sem dinâmica própria. Entretanto, nem por isso ele deixa de existir, sendo um elemento que pode ser utilizado no mercado das diferenças culturais, e até do turismo. A formação nacional pode ter deixado de ser uma perspectiva de realização substantiva, centrada numa certa autonomia política-econômica, mas pode não ter deixado de existir como feição histórica e de ser talvez um trunfo comercial em toda linha, no âmbito da comercialização internacional da cultura. Enfim, ao desligar-se do processo de auto-realização social e econômica do país, que incluía tarefas de

relevância máxima para a humanidade, tais como a superação histórica das desigualdades coloniais, a formação não deixa de ser mercadoria. (SCHWARZ, 1999, p. 57-58)

Conservadas as diferenças de cada uma das hipóteses acima, elas carregam em comum a ideia de que a modernização, pensada no contexto mundial, considerando o dado histórico, é algo que, nos países periféricos, não se realizou (e tampouco o fará) de forma integral. Ao contrário, é na desintegração que reside o modo de inserção destas sociedades no movimento de progresso do capitalismo. No entanto, as nações centrais por sua vez, modernas por excelência, acompanhando o processo de regressão gerado pelo momento atual das forças capitalistas, começam agora a dar sinais de que a sua forma integrada também está em ameaçada. Há aí, talvez dentre outras, duas constatações, mais ou menos evidentes, de acordo com a coragem em encarar a dura verdade, a serem feitas. A primeira é a de que não há chance de se considerar, sob argumentos válidos e, no mínimo, coerentes, a sociedade capitalista como um sistema bem-sucedido, ao passo que o seu desenvolvimento diretamente implica a destruição da vida. A outra corresponde ao fato de que o capitalismo não era um estágio necessário para uma sociedade melhor, e que, principalmente, seu fim não significa o despertar automático de formas sociais mais justas, coletivas e emancipadas. O fim do capitalismo, se olharmos atentamente para os acontecimentos diários, pode representar o fim da possibilidade de existência humana no planeta⁵.

Estas três indicações merecem um aprofundamento para uma compreensão acerca da questão hoje, que certamente exigiria uma tentativa de construção de um pensamento mais crítico e minucioso sobre o quadro atual. No entanto, é na

⁵ Sobre esta ideia de que o fim do capitalismo, se não suprimido com a construção autoconsciente de uma nova forma social, poderá coincidir com o fim da possibilidade de existência de vida no planeta, fica a indicação de consulta à obra de Marildo Menegat. A partir do seu desenvolvimento do conceito de barbárie, apresenta a falta de alternativas dentro da lógica capitalista que não sejam destrutivas. Sobre isso: “*Mas no horizonte nada se move senão a fumaça da destruição. A globalização é o mundo unido pelas catástrofes. Não é o caso de se opor a ela um nacionalismo que procurasse reviver a era primata da sociedade burguesa, até porque esta nada tem de idílico. Estamos acossados junto ao muro do horizonte, ou inventamos o que até hoje não se tentou, isto é, uma revolução mundial que não seja traída, ou, certamente, pereceremos nos escombros do capitalismo que desmorona sobre nossos ombros.*” (MENEGAT, M. Drogas(s) ao(s) quadrado(s): breve estudo sobre a experiência com drogas no século XX. In: Estudos sobre ruínas. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012. p. 181)

segunda hipótese, da *cultura como um elemento antibarbárie*, que tentaremos avançar um pouco mais em nossas reflexões.

3. ARREMATANDO FIOS SOLTOS: O LUGAR DA CULTURA NA IDEIA ATUAL DE FORMAÇÃO.

Ao citar a dimensão cultural como um elemento antibarbárie, Roberto Schwarz nos indica dois caminhos. O primeiro deles seria pensar sobre o significado do conceito de cultura, enquanto produto e produtora da realidade que, em sua realização, possibilitaria a materialização (ainda que simbólica) da ideia de unidade. Em outras palavras, seguindo a rota de Antonio Cândido, a cultura foi formada historicamente, e concluída na literatura, e com isso teria atingido algum nível de coesão. Este nexo iria de encontro ao traço de desagregação presente na esfera econômica. Vale frisar que entendemos a cultura, de modo geral, como a forma que os seres humanos vêm organizando e produzindo as suas relações e vida em sociedade, como estão inseridos no mundo e o transformam. Assim, cultura também se refere à forma como os homens expressam o seu entendimento e subjetividade sobre a totalidade da existência.

Nas sociedades antigas, a existência não se fragmentava em áreas funcionais separadas. *“As sociedades antigas, predominantemente agrárias, não tinham uma cultura, mas elas eram uma cultura.”* (KURZ, 2004, p. 113) Ao direcionar as ideias para esse traço constitutivo das civilizações pré-modernas, traz junto as diferenças entre o sentido da cultura nos distintos modos de organização social. É possível aqui aproximar-lo de Raymond Williams, à medida que este desenvolve uma reflexão conceitual acerca da cultura, enfatizando seu aspecto de constante transformação, no bojo das mudanças advindas com o processo histórico.

O autor inglês discute o conceito de cultura a partir do pressuposto de que o termo vem sofrendo alterações de significado à medida que acompanha as transformações e contextos históricos. Williams (1979) diz que, inicialmente, o termo cultura era designado para expressar a ideia de cultivo, da natureza e do homem. *“‘Cultura’, antes dessas transições, era o crescimento e cuidado de colheitas e*

animais, e, por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas". (WILLIAMS, 1979, p.18) Com o advento da sociedade moderna, destaca o fato de que algumas palavras recebem novos sentidos, dentre elas está a cultura. Além disso, indica que o significado do termo está relacionado, assim como as suas decorrentes alterações de acordo com o movimento histórico, ao de outras duas palavras: sociedade e economia.

Esta modificação do significado equivale a alterações no modo de vida e pensamento, decorrentes das transformações ocorridas na forma de organização das relações sociais. Nesse sentido, para Williams (1969), a palavra cultura:

Anteriormente significara, primordialmente, 'tendência de crescimento natural' e, depois, por analogia, um processo de treinamento humano. Mas este último emprego, que implicava, habitualmente, cultura *de* alguma coisa, alterou-se, no século dezenove, no sentido de cultura como tal, bastante por si mesma. Veio a significar, de começo, 'um estado geral ou disposição de espírito', em relação estreita com a ideia de perfeição humana. Depois, passou a corresponder a 'estado geral de desenvolvimento intelectual no conjunto da sociedade'. Mais tarde, correspondeu a 'corpo geral das artes'. Mais tarde ainda, ao final do século, veio a indicar 'todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual. (WILLIAMS, 1969, p. 18)

O modo como é descrita a relação com a natureza explicitada acima apresenta a evidência nítida de uma ruptura nos tempos atuais. Tornar a natureza adequada à habitação humana, sob o princípio de sua preservação, não corresponde mais ao modo como os indivíduos realizam suas atividades e vida. A relação com a natureza não se pauta mais pela necessidade de garantir o bem-estar coletivo dos homens, e sim pela sua apropriação em função do processo de valorização do valor. Para garantir sua continuidade, é preciso extrair, alterar, destruir; qualquer ação que seja potencialmente fonte de valor. Sendo assim, se pode dizer que o significado de cultura anteriormente constituído não mais encontra expressão na forma social predominante, o capitalismo.

No idealismo alemão, a dimensão cultural se encontrava desvinculada da ideia de **civilização** (séc. XVIII). “*A noção de ‘civilizar’, como sendo a absorção dos homens por uma organização social*” (WILLIAMS, 1979, p.19) colocava implicações para a possibilidade da condição de liberdade. As exigências oriundas do processo civilizatório – submissão à um conjunto de atividades e comportamento socialmente necessários, se caracterizavam como um campo de tensão para o desenvolvimento da cultura. No entanto, à medida que o capitalismo se tornava a forma social

predominante, este afastamento entre cultura e civilização se dissolveu, por meio de uma incorporação daquela ao processo civilizatório. Nas palavras de Marcuse (1998),

Ao mesmo tempo, no entanto, essa tensão é cada vez mais reprimida, dado que a cultura é incorporada sistemática e organizadamente na vida cotidiana e no trabalho – e por certo tão efetivamente que se impõe a questão: se, em vista das tendências predominantes na sociedade industrial avançada, ainda se pode manter direito a distinção entre Cultura e Civilização. Mais precisamente: não está resolvida a tensão entre os meios e fins (*Zwecken*), entre valores culturais e fatos sociais, na absorção dos fins pelos meios? (MARCUSE, 1998, p. 156)

Na sociedade capitalista, o processo civilizatório se apropria da dimensão cultural, tornando-a funcional à sua lógica, e descartando a participação dos diferentes grupos sociais na sua construção. Também as relações de produção de cultura se encaixam no modo capitalista, onde as condições objetivas, os valores e ideias que passam a reger a vida, contribuem para um aprisionamento acrítico, negador das contradições. Com isso, Marcuse chama a atenção para a dimensão política constitutiva deste processo de organização da cultura tomado pelo desenvolvimento das forças civilizatórias; os meios culturais passam a serem orientados pelos valores regentes.

Os elementos oposicionais da cultura são assim enfraquecidos: a civilização assume, organiza, compra e vende a cultura; ideias que em sua essência são não-operacionais, não orientadas para o comportamento, são traduzidas em operacionais e referidas ao comportamento; e essa tradução não é uma simples metodologia, mas sim um processo social, e até político. (MARCUSE, 1998, p.160)

Schwarz (1999) adverte para a porção idealizadora contida na sua afirmação sobre a cultura como uma força contrária às consequências do aprofundamento das relações capitalistas. O que acontece atualmente é a recorrente fusão da economia com as demais esferas da vida; e com o elemento cultural não é diferente.

A indústria cultural é um fenômeno atrelado ao desenvolvimento do capitalismo, onde o campo da cultura sofre alterações para se produzir mercadorias, destinadas fundamentalmente ao entretenimento. Alteram-se as relações de criação e produção de cultura, para que se enquadrem no modo de produção capitalista. Suprimem-se as formas de produzir cultura que sejam dissonantes do modo

dominante. Assim, cultura fica também perpassada por uma relação de troca, reduzida à finalidade de geração de valor e consumo; se torna mercadoria. Inclui-se nesta condição desde os espaços de produção do conhecimento até as alternativas de atividades para o tempo livre do trabalhador. A cultura, quando compreendida como uma dimensão da vida que possibilita aos homens exercer sua condição de liberdade, é um meio de emancipação humana. Contudo, na lógica capitalista, ela se encontra, como um todo, cooptada pelo modo de ser do mercado. Assim, a condição de liberdade está posta apenas de forma aparente, não se consolidando efetivamente. Ao se apresentar com a aparência de real, ou seja, vigorando na atualidade essa ideia de que a liberdade se realiza, a inverdade presente nesta ilusão fica escamoteada, não é evidente.

As malhas do todo são atadas cada vez mais conforme o modelo do ato de troca. Este permite à consciência individual cada vez menos espaço de manobra, passa a formá-la de antemão, de um modo cada vez mais radical, cortando-lhe a priori a possibilidade da diferença, que se degrada em mera nuance no interior da homogeneidade da oferta. Simultaneamente, a aparência de liberdade torna a reflexão sobre a própria não-liberdade incomparavelmente mais difícil do que antes, quando esta estava em contradição com uma não-liberdade manifesta, o que acabava reforçando a dependência. (ADORNO, 2002, p.78-79)

Marcuse (1998), ao refletir sobre o caráter de liberdade da dimensão cultural, afirma que esta se caracteriza por estar desvinculada do reino da necessidade – a civilização. Na sociedade atual, o que se observa é a alteração no modo de produzir cultura, incorporando relações de produção capitalistas, comprometendo sua condição de liberdade com a submissão à lógica de valorização do capital. Assim, segundo ele, a cultura se torna mais um elemento encarregado no controle da vida social, empregando-se duplamente - nas condições objetivas de sua realização e na orientação de seu conteúdo de subjetividade (individual e coletiva).

Nos âmbitos mais desenvolvidos da civilização industrial, que, no período atual, fornecem o modelo de cultura, a imponente produtividade do sistema estabelecido aumenta e satisfaz às necessidades da massa popular mediante uma administração total, que cuida para isso que as necessidades do indivíduo sejam aquelas que perpetuam e consolidam o sistema. (MARCUSE, 1998, p.162)

Neste sentido, parecem parcas as alternativas para escapar desta apropriação burguesa da cultura. A dimensão emancipadora da cultura não vislumbrará possibilidade de se concretizar enquanto persistir a vigência do sistema

do capital. Pois nele, o característico processo de mercantilização total da vida continuará configurando tudo (e todos) para relações constituídas por esta dinâmica. Deste modo, Adorno afirma que, *“A liberdade permanecerá uma promessa ambígua da cultura enquanto sua existência depender de uma realidade mistificada, ou seja, em última instância, do poder de disposição sobre o trabalho dos outros”*. (ADORNO, 2002, p.82) O esforço na tentativa de entender o real, os mecanismos de sustentação das relações sociais atuais, sob uma perspectiva histórica, contém em si uma força no caminho de busca por alternativas de negação deste quadro. Entretanto, este processo de compreensão do mundo, da forma como as relações humanas se estabelecem e como esta sociedade se organiza, não fornece garantia de transformação. A superação da ordem não está contida na crítica à mesma. Conhecer o mundo e suas estratégias e realizar a crítica são elementos iniciais de um processo que pode alcançar a transformação, mas não se encerra em si. *“Diferentemente do que a esquerda supunha, a passagem da crítica à superação mostrou não ser automática, nem óbvia”*. (SCHWARZ, 1999, p.126)

Com isto, o que se observa é que recuperar as ideias desenvolvidas acerca do processo de formação, e também da cultura, não tem o sentido de negá-las ou afirmá-las simplesmente. É necessária (e urgente) a tentativa de compreensão da complexidade do capitalismo em seu período de crise estrutural de maneira crítica, salientando suas contradições e apontando as questões que nos desafiam cotidianamente a encontrar o direcionamento para uma transformação. E se a impossibilidade de arremate dos pontos em desencontro faz parte desta forma de se constituir do país inserido no contexto global, estamos à beira de um caminho desalinhavado, à procura por pistas que apontem possibilidades e rumos para uma direção contrária.

[...] o que está na ordem do dia não é o *abandono* das ilusões nacionais, mas sim a sua *crítica especificada*, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo. (SCHWARZ, 1999, p. 160) [grifos do autor]

Abstract: The purpose of this article is to present ideas for the development of the doctorate thesis. That aims to observe sense of the culture considering the social formation in progress and current landmarks. From the essay "Os sete fôlegos de um livro", by Roberto Schwarz, to rescue ideas related to the brazilian formation process, and examine them in the light of Brazil enrolled in globalized capitalism. Unlike the early twentieth century authors pointed out, concerned with understanding the process of organization of brazilian social life, the formation of the country was not to come, along with modernity. Instead, there was already completed and underdevelopment was our way. In this context, what are the possibilities of culture as a unit, subordinate to current economic relations, whose rule is the dissociation?

Key-words: social formation, culture, Schwarz, capitalism.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. A indústria cultural – o Iluminismo como mistificação das massas. In: **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília B. F.; ARANTES, Paulo E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CANDIDO, Antonio. Literatura como sistema. In: **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 2^a Ed. Vol. 1. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964. p. 25-27
- CANDIDO, Antonio. Uma literatura empenhada. In: **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 2^a Ed. Vol. 1. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964. p. 28-31
- COUTINHO, Carlos N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HOLANDA, Sergio B. de. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte**: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KURZ, R. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCUSE, Herbert. Comentários para uma redefinição de cultura. In: **Cultura e sociedade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In: **Cultura e sociedade**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRj, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da Barbárie**.1^a Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.

_____. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Nº 18 (2008) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. 2^a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Seqüências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WILLIAMS, Raymond. Introdução. In: **Cultura e sociedade**: 1780 – 1950. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 7-86.

Texto científico recebido em: 10/09/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 31/10/2014

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*
(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,
em diversas áreas do conhecimento.